

RESISTÊNCIA E O LUGAR DE VERDADE DO DISCURSO: SOBRE AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DE 28 DE ABRIL DE 2017

RESISTANCE AND THE PLACE OF TRUTH OF THE SPEECH: ON THE SOCIAL MANIFESTATIONS OF APRIL 28, 2017

Anísio Batista Pereira¹

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

A verdade se constitui em um aspecto relevante do discurso, tendo em vista que toda manifestação discursiva apresenta seu lugar de verdade. No entanto, como a verdade é percebida por meio de um lugar, isto é, construída por sujeito a partir de um posicionamento, emergem-se discursos antagônicos que coexistem em meio a pontos de confronto, sendo denominados de resistência. Assim, o presente artigo se propõe a analisar discursos sobre as manifestações sociais, relacionadas à greve nacional do dia 28 de abril de 2017, objetivando investigar a construção de um lugar de verdade defendido pelos sujeitos manifestantes. Como recorte, foram selecionadas cinco imagens disponíveis na *internet*, possibilitando uma análise mais precisa sobre tal ação em detrimento às mudanças trabalhistas e previdenciárias propostas pelo governo interino Michel Temer. Para tal leitura, optou-se pelas formulações ligadas ao campo da Análise do Discurso de vertente francesa, mais precisamente às considerações de Michel Foucault, com ênfase nos conceitos de discurso, sujeito, resistência e verdade. Verifica-se que os discursos materializados nas imagens recorrem a estratégias e campos do saber diversificados, tais como jurídico e religioso, dados pela resistência, em função de uma legitimação discursiva, construindo um lugar de verdade que se contrasta com a ordem estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Sujeito; Resistência; Verdade.

ABSTRACT

Truth is an important aspect of discourse, since all discursive manifestation presents its place of truth. However, as truth is perceived through a place, that is, constructed by subject from a positioning, antagonistic discourses that coexist amid points of confrontation emerge, being called resistance. Thus, this article proposes to analyze discourses on social manifestations, related to the national strike of April 28, 2017, aiming to investigate the construction of a real place defended by the demonstrators. As a clipping, five images were selected on the internet, allowing a more precise analysis of this action in detriment of the labor and social security changes proposed by the interim government Michel Temer. For this reading, the formulations linked to the field of Discourse Analysis of French language were chosen, more precisely to the considerations of Michel Foucault, with emphasis on the concepts of discourse, subject, resistance and truth. It is verified that the materialized discourses in the images resort to diverse strategies and fields of knowledge, such as legal and religious, given by the resistance, due to a discursive legitimation, constructing a place of truth that contrasts with the established order.

KEYWORDS: Speech; Subject; Resistance; Truth.

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU/FAPEMIG. Membro-Pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF-UFU/CNPq). Contato: pereira.anisiobatista@ufu.br

INTRODUÇÃO

As manifestações sociais ligadas aos descontentamentos em relação a diversos âmbitos da sociedade sempre foram formas de ações coletivas, em busca de mudanças e lutas pelos direitos dos cidadãos. Ao longo da história do Brasil, em períodos de vários governos, é possível perceber esses movimentos e com o advento da *internet* e facilidade ao acesso a outras mídias, as organizações sociais têm acontecido com maior frequência, dadas pela facilidade de organização da sociedade.

A proposta da pesquisa em questão foi pensada no contexto político brasileiro da atualidade, tendo sua efervescência em 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Ressalte-se que em momentos anteriores a esse acontecimento, grande parte da população do país foi às ruas e a nação foi dividida em duas posições no que concerne à retirada do governo então vigente: os prós e os contras ao afastamento da presidente. Desde então, várias manifestações sociais ocorreram e a transição presidencial resultou em uma série de mobilizações contra o governo ilegítimo.

Pensando nessas questões, este trabalho procura refletir sobre as manifestações ocorridas no dia 28 de abril de 2017, denominadas de Greve Geral, em que trabalhadores pertencentes a diversos segmentos cruzaram os braços em prol do coletivo, sobretudo pela classe trabalhadora. Esse movimento teve como principal pauta a luta contra as reformas trabalhistas, da previdência e privatizações propostas pelo presidente interino, Michel Temer. Nessa direção, o objetivo dessa pesquisa é problematizar o lugar de verdade construído nessas manifestações por meio da Análise do Discurso francesa, possibilitando uma ponte entre os discursos e a história. Para tanto, alguns conceitos formulados pelo filósofo Michel Foucault ganham destaque, bem como são tratados no primeiro tópico, algumas considerações sobre discurso, sujeito, resistência e verdade; em seguida, foram analisadas 5 (cinco) imagens coletadas na *internet* no que respeita as manifestações, constituindo o *corpus* do trabalho, escolhidas pelas suas estratégias discursivas em direção à verdade em jogo, isto é, pelas relações com discursos jurídico e religioso; finalmente, foram feitas algumas considerações acerca das imagens analisadas.

1 Discurso, sujeito, resistência e verdade, segundo Michel Foucault

O suporte teórico-metodológico adotado para esta pesquisa se baseia nas formulações foucaultianas, fazendo-se necessário abordar alguns conceitos pertinentes para a leitura do recorte sobre as manifestações sociais de 28 de abril de 2017, no que concerne ao discurso, sujeito, resistência e verdade. Ressalte-se que o teórico referido é tomado como referência para a denominada Análise do Discurso de linha francesa, possibilitando destacar que não se trata de aspectos puramente linguísticos, mas que apresentam como pano de fundo a história e a psicanálise, esta se baseia na teoria de que o sujeito não é o centro de seu dizer.

Para problematizar a noção de discurso em Michel Foucault, buscamos definir o conceito de formação discursiva, tendo em vista que o discurso se apoia nesse aspecto, no seio de sua formação. Entende-se por formação discursiva o conjunto de certas regras que fazem emergir enunciados, apresentando semelhante sistema de dispersão (considerando que, nesse aspecto, esse teórico trabalha, paradoxalmente, com a noção de unidade (colocando-a em suspensão) e dispersão). Além disso, sobre essas regras citam-se a ordem discursiva, correlações, posicionamentos de sujeitos e modificações, além de apresentar os tipos de enunciação, escolhas temáticas, que condicionam o aparecimento dos enunciados.

Essas formações discursivas se vinculam ao que é denominado discurso, tendo em vista que o discurso pode ser entendido como um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva. O discurso não se limita à materialidade linguística, pertencendo,

sobretudo, a história, fator relevante quando tomado na condição de acontecimento, sendo, por isso, descontínuo.

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher o discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade e dispersão temporal... Não remetê-lo à longínqua presença da origem, tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2008, p. 29).

O citado teórico toma o discurso na condição de descontinuidade, na sua natureza de acontecimento. Assim, ainda que um enunciado é povoado de outros enunciados, o sentido atual do discurso se vincula às suas condições históricas de possibilidade, o que o torna singular. Tem-se, assim, a ideia de ruptura, tendo em vista que não se trata de uma linearidade de acontecimentos, mas de uma retomada a discursos já produzidos. Nessa perspectiva, “os discursos fazem circular formulações anteriores, já enunciados, produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento” (SARGENTINI, 2010, p. 98). Esse domínio de uma memória que busca outro discurso é denominado de já-dito, mas que é sempre um não-dito, pela sua singularidade que o caracteriza. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1999, p. 26).

O enunciado, tomado na ordem do acontecimento, apresenta seu sentido na raiz de sua relação com outros enunciados, já que seu aparecimento faz um rebuscado de outros já-ditos na história. Segundo Gregolin (2006, p. 27), “o acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido”.

Ao tomar o discurso na ordem do acontecimento, a história entra em cena como elemento de destaque nesse processo. Além de romper com a ideia de um sujeito fundante, isto é, considerar o sujeito como da ordem do descentramento, Foucault (2008) trabalha com a ideia de uma história plural e heterogênea. Esse teórico “apresenta uma história genealógica que se apoia na noção de descontinuidade, que rejeita, portanto, a ideia de causalidade linear e de tempo contínuo e unilinear, em favor de uma história que se pauta pelas múltiplas causalidades imbricadas (NAVARRO, 2008, p. 61).

Esses aspectos citados integram a obra *Arqueologia do Saber* (2008), que define o conceito de enunciado como suporte metodológico na visão foucaultiana, apresentando alguns fatores, como: uma materialidade repetível, uma data, um campo associado, um suporte institucional e um posicionamento de sujeito. Nessa perspectiva, a história desempenha um papel relevante no que tange ao acontecimento enunciativo, pois a noção de acontecimento se vincula ao que está fora da materialidade enunciativa (linguística).

Nessa função enunciativa, em que o posicionamento do sujeito é sua parte constitutiva, vale destacar que os discursos emergem por meio das práticas sociais dos falantes. O sujeito surge, então, como instância do discurso, disperso, sempre na ordem do inacabado, uma vez que se constitui por meio da história, de suas práticas discursivas. O sujeito fala de algum lugar social e sua subjetividade se dão por meio de suas relações sociais, com outros sujeitos e discursos, com destaque, também, para seus saberes que o constituem como sujeito. A subjetividade pode ser percebida como a tradução dessa exterioridade que habita o sujeito. “A subjetividade é compreendida como produto entre virtualidades produzidas e resulta de práticas diversas, advindas de saberes que envolvem uma pluralidade de discursos” (FERNANDES, 2012, p. 77).

O sujeito, uma vez que sua constituição se dá pelas práticas discursivas, vale destacar que suas relações com outros sujeitos se dão pelo poder, bem como se percebe em *O sujeito e o poder*. As relações de poder são práticas que emolduram o sujeito, tornando-o individual, constituindo as suas subjetividades. “O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade

– um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras)” (FOUCAULT, 1995, p. 240, grifos do autor).

Uma vez estando o poder em todas as instâncias das práticas discursivas, não é possível tomá-lo como algo que existe de forma consistente, ou que um sujeito detém o poder e o exerce sobre outro sujeito, mas que deve ser percebido como algo prático. Isto é, o poder existe na forma de práticas, de exercício dos sujeitos nas suas relações diárias. De outro modo, percebe-se o poder como “um modo de ação sobre as ações dos outros” (FOUCAULT, 1995, 244).

Os sujeitos se inscrevem em formações discursivas distintas e, assim, vale destacar que diferentes discursos coexistem. Falar de relações de poder é também retratar os processos de resistência acerca dos discursos correntes na esfera social. Esses discursos, por vezes antagônicos, travam lutas, sobretudo pelo choque de identidades² que norteiam a sociedade, sobretudo em esferas mais amplas, como política e econômica.

Ainda em *O sujeito e o poder*, Foucault (1995, p. 234) destaca que:

Para começar, tomemos uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos anos: oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas.

Esses perfis de oposições destacados se enquadram nas relações de poder que norteiam as relações entre sujeitos na sociedade, influenciando, inclusive, seus modos de subjetivação, sobretudo no que tange à administração pública, pois os modos de se governar um país, com suas leis, interferências econômicas, sociais, educacionais, acabam por estabelecer formas determinadas de subjetividades aos sujeitos.

Como já mencionado, anda que o poder seja tomado como não pertencente a um sujeito ou instituição, percebe-se certas formas cristalizadas de exercê-lo, como as citadas pelo referido teórico. Uma vez dependente ou vinculado a certa instituição, o sujeito é dominado pelo sistema, suas práticas se tornam coercitivas pelas forças que o dominam.

Geralmente, pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Acredito que na história podemos encontrar muitos exemplos desses três tipos de lutas sociais, isoladas umas das outras ou misturadas entre si (FOUCAULT, 1995, p. 235).

As lutas cotidianas, como se percebe nas palavras destacadas, emergem a partir de um sistema complexo no campo da discursividade, como forma de reação daquilo que separa os sujeitos no âmbito de suas características, de suas subjetividades. Nessa direção, as formações discursivas se diferenciam no seio dessas práticas, encontrando nas resistências as formas de lutas contra os processos, sobretudo, de sujeição, em que forçam os indivíduos a determinadas subjetividades.

Essas formas de sujeição, que no seio da vida social parecem tênues, podem ser aplicadas ao conceito de sujeito, segundo Foucault (1995, p. 235), como “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. Trata-se, assim, de relações

² Embora pertinente, não é nosso objetivo problematizar o conceito de identidade nesta pesquisa.

de poder que ocorrem na vida cotidiana do indivíduo, que o torna sujeito, classifica-o na sua vida social, pela sua subjetividade e o liga a uma identidade.

Fica evidente a ligação entre relações de poder e resistência, dadas às lutas travadas no seio das esferas sociais no que tange, sobretudo, a administração política. Essas lutas caracterizadas como resistência a uma espécie de submissão em que os sujeitos são colocados em um sistema que os influencia, em seus modos de vida, se constituem na temática deste trabalho, como uma forma de resistência em meio às imposições políticas. Nessa direção, Foucault (1995, p. 236) destaca que:

A razão pela qual este tipo de luta tende a prevalecer em nossa sociedade deve-se ao fato de que, desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu de modo contínuo. Esta nova estrutura política, como todos sabem, é o Estado. Porém, a maior parte do tempo, o Estado é considerado um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos.

Considerando o fator política, sobretudo o Estado (presidente), trata-se de um fator que interfere diretamente nos modos de vida (práticas sociais, principalmente) dos indivíduos, forçando-os, de certa forma, a um processo de sujeição, de um sistema econômico, trabalhista, como exemplos, que os sujeitos ficam a eles condicionados. Nesse processo, emergem as lutas, as resistências acontecem como formas de se contrariar tais sistemas de imposições.

No processo de relações de poder, em que os sujeitos se tornam individuais, isto é, individualizam categoricamente os sujeitos, fazendo com que esses sujeitos se liguem a uma identidade, “impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Esse efeito de verdade pertence ao que esse referido teórico denomina de ordem do discurso, fator entendido como certa organização que os discursos produzidos devem obedecer para que se produza o efeito de verdade.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1999) destaca os sistemas de exclusão do discurso, elencando que um discurso só pode ser produzido por alguém situado em determinado lugar social, que possui autoridade para tal, para que seja considerado como verdadeiro. Nessa concepção, nas produções discursivas, destaca-se a aceitação e a interdição discursivas, isto é, se determinado discurso é aceito ou não socialmente, se seu *status* é verdadeiro ou falso. Nessa circunstância, a vontade de verdade ganha destaque no âmbito do sujeito produtor do discurso.

Ao tratar dessa vontade de dizer a verdade, isto é, de que seu discurso seja recebido como verdadeiro, os fatores que entram nesse jogo discursivo se traduzem em desejo e poder. Assim, “[...] é que se o discurso verdadeiro não é mais, como efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1999, p. 20).

A verdade considerada em um discurso não é tida como sólida e imutável, mas construída como um lugar de verdade, bem como afirma Foucault (1981, p. 10, grifo do autor) em *Microfísica do poder*.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiros.

De acordo com as palavras destacadas, vários aspectos entram no jogo da verdade, daquilo que é considerado como verdade: o poder, sendo um deles, funciona como regulamentador dos discursos, bem como os sujeitos que, vinculados a esses poderes, são legitimados para dizerem o que é verdadeiro. Além disso, vale destacar que a verdade está condicionada ao momento histórico de cada sociedade, considera verdadeiro aquilo que lhe convém, de acordo com suas necessidades e práticas vigentes.

Em se tratando de verdade, no que tange aos discursos, levando em consideração o sujeito e o momento histórico, tendo em vista que o sujeito se constitui na e pela história, a verdade pode ser relacionada com a atualidade (tempos modernos), tomando-a como sociedade do conhecimento. Dessa forma, a verdade se vincula à ciência, cujos discursos são tomados como verdadeiros pelos sujeitos do conhecimento, bem como afirma Foucault (2002) na obra *A verdade e as formas jurídicas*: “Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade” (p. 27).

A relação entre a verdade e os discursos científicos, sobretudo jurídicos, campo disciplinar que trabalha tomando por base o julgamento do que é verdade, pode ser percebida na obra supracitada, de Foucault (2002), na qual esse teórico traduz de forma clara a relação da ciência com a verdade, destacando a história no contexto da atualidade:

Atualmente, quando se faz história – história das ideias, do conhecimento ou simplesmente história – atemo-nos a esse sujeito de conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do qual a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história (p. 10).

Ao retratar a história vinculada ao conhecimento, isto é, discursos de ordem científica, o citado teórico relaciona esses discursos com os sujeitos de conhecimento. Nessa perspectiva, poder e saber (poder-saber) se entrelaçam na constituição das verdades. Nessa relação, o poder é constituído tendo o saber como pano de fundo, pois o saber é determinante ao sujeito para que os discursos sejam aceitos e o sujeito do conhecimento adquire o poder para dizer o que funciona como verdadeiro.

Essa relação entre poder e verdade na constituição do sujeito do conhecimento denuncia o caráter histórico pelo qual o sujeito se constitui, e esse valor atribuído ao que é verdadeiro acabam por influenciar a subjetividade. Em *Subjetividade e verdade*, Foucault (1993) aborda essa relação de forma a mesclar esses dois aspectos na constituição do sujeito. E, relacionado esses dois fatores na perspectiva da atualidade, isto é, na sociedade do conhecimento, o poder pode ser percebido como pano de fundo nessa constituição, nas relações dos sujeitos com outros sujeitos e com os conhecimentos (discursos científicos).

Essa relação entre subjetividade e verdade é destacada pelo filósofo supracitado sublinhando o sujeito como protagonista nesse processo de sua constituição, em que a história ganha destaque. Ressalte-se que o sujeito, para Foucault, é, sobretudo, histórico e, como já dito, está sempre em processo de construção, é disperso, está sempre se deslocando e é tomado como da ordem do inacabado. Esse sujeito se constitui na/pela história e, por isto, não pode ser fixo, mas que suas subjetividades estão sempre em movimento, tendo em vista que seja um efeito da exterioridade na qual ele se inscreve.

Na história, o sujeito se constitui na relação com os discursos e sujeitos, está em constante relação de poder, cuja subjetividade está condicionada à verdade, aquilo que se toma como verdade ganha força para constituí-lo. Além disso, esses discursos tomados como

verdadeiros, como por exemplo, o conhecimento científico, que é marcado historicamente, lhe proporciona o saber, que influencia diretamente na sua constituição. A relação entre saber e poder fica nítida no sujeito, uma vez que a aquisição dos saberes lhe atribui poder, modifica a forma de suas relações com outros sujeitos e com os discursos.

Nessa direção, considerando os discursos na perspectiva teórico-metodológica adotada, o item seguinte aborda sobre as imagens colhidas na *internet*, apresentando as formas discursivas como se deram as manifestações sociais de 28 de abril de 2017, considerando esses conceitos aqui abordados: discurso, sujeito, resistência e verdade, como suporte para as análises discursivas.

2 Análise das imagens relacionadas às manifestações

As imagens selecionadas para análise, cuja temática se baseia na resistência e na verdade dos discursos apresentados, foram colhidas de endereços eletrônicos distintos, inclusive de entidades ligadas a organizações de trabalhadores. Nessa direção, as imagens apresentam discursos materializados em nas linguagens verbal e não verbal, recurso bastante pertinente quando se pauta na crítica e efeitos de sentido, possibilitando leituras mais rebuscadas, já que os textos e imagens jogam, também, por meio de discursos já ditos em momentos de outrora.

Imagem 1: Nota pública.

●●●○ TIM 4G

18:41



Fechar

NOTA PÚBLICA
DOCX - 85 KB

NOTA PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, considerando a Greve Geral anunciada para o dia 28.04.2017, vem a público:

I – **DESTACAR** que a Greve é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, bem como por Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, “competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender” (art. 9º da CF/88);

II – **ENFATIZAR** a legitimidade dos interesses que se pretende defender por meio da anunciada Greve Geral como movimento justo e adequado de resistência dos trabalhadores às reformas trabalhista e previdenciária, em trâmite açado no Congresso Nacional, diante da ausência de consulta efetiva aos representantes dos trabalhadores (Convenção OIT n. 144);

III – **REAFIRMAR** a posição institucional do Ministério Público do Trabalho - MPT contra as medidas de retirada e enfraquecimento de direitos fundamentais dos trabalhadores contidas no Projeto de Lei que trata da denominada “Reforma Trabalhista”, que violam gravemente a Constituição Federal de 1988 e Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho;

IV – **RESSALTAR** o compromisso institucional do MPT com a defesa dos Direitos Sociais e com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e menos desigual.

RONALDO CURADO FLEURY
Procurador-Geral do Trabalho

Email Word Salvar

Fonte: <<https://luizmuller.com/2017/04/27/ministerio-publico-do-trabalho-defende-legitimidade-da-greve-geral/>>. Acesso em 04 jul. 2017.

Na imagem (1), o discurso ligado ao direito norteia esse convite para a classe trabalhadora para as ruas, como forma de autorização das manifestações que estava nos planos dos sujeitos trabalhadores. Esse parecer ligado ao discurso jurídico funciona como legitimação das manifestações, discurso que surge em tempos anteriores dos atos públicos.

Percebe-se o sujeito enunciador como especificado no campo discursivo do direito (“Procurador-Geral do Trabalho”). Trata-se de um discurso ligado a uma ordem, cujo sujeito é selecionado, isto é, autorizado a falar no lugar pertencente ao discurso jurídico. Esse lugar do

sujeito estabelece um efeito de verdade e, conseqüentemente, reflete na vontade de verdade dos sujeitos ligados aos trabalhadores. Esse efeito que determina uma autorização à manifestação é nitidamente percebido pelos verbos no infinitivo (“destacar”, “ênfatizar”, “reafirmar”, “ressaltar”), indo ao encontro dos sujeitos trabalhadores.

Esse discurso, ligado à história, tendo em vista o momento de seu aparecimento, dadas as suas condições de possibilidade (imposições de medidas aos trabalhadores, desejo de reação desses sujeitos ligados a essa classe social e facilidade de veiculação do discurso por meio das redes virtuais, facilitando a organização desses sujeitos) ganha um estatuto de verdade uma vez que vai de encontro à veracidade das ações do governo interino.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 1999, p. 49).

Nesse processo discursivo em que uma autorização jurídica é emitida, os sujeitos adquirem certo poder diante de uma verdade incontestável (Direito). Nessa direção, a consciência de si vem à tona, por meio desse reforço ligado ao campo jurídico que lhes conferem autonomia e lhes garantem um *status* de verdade de seus discursos.

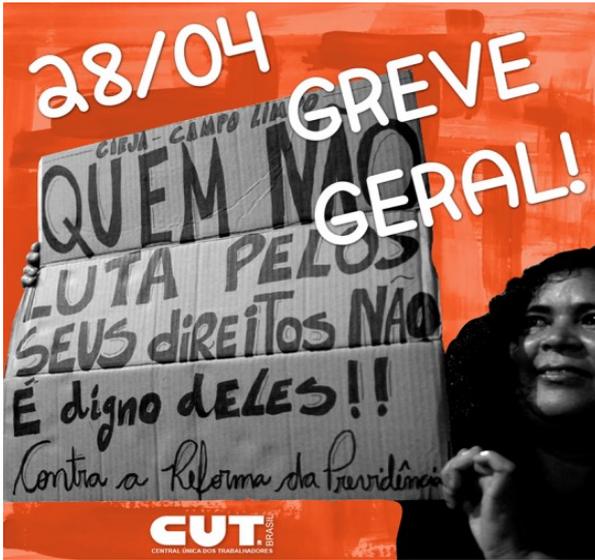
O discurso retoma outro discurso ligado ao campo jurídico, a Constituição Federal, à qual é tomada como verdade absoluta e que não pode ser desrespeitada. Nesse sentido, o sujeito se constitui no campo de um conhecimento científico (Direito) e sua subjetividade se pauta nesse saber, conferindo-lhe um poder que resulta em uma verdade que o autoriza a dizer o que é dito. Nessa ordem, a verdade impede a interdição do discurso que é legitimado pelo teor da verdade inquestionável. Assim, os fatores verdade e subjetividade entram em cena como elementos pertinentes na constituição do sujeito do conhecimento por meio da história, bem como destaca Foucault (1993).

Um enunciado é sempre povoado de outros enunciados (FOUCAULT, 2008), bem como se percebem nos discursos materializados na imagem, sobretudo as referências a outras instâncias da área jurídica (Convenção OIT n 144 e Constituição Federal/88). Esses já-ditos assumem sentidos novos na medida em que configuram uma singularidade dos enunciados que ora são produzidos, cujo sentido é produzido em consonância com o momento histórico de sua produção.

O sujeito então, pelo saber, produz um efeito de verdade do discurso pelo seu *status* que o possibilita dizer o que é dito, sem interdição. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade” (FOUCAULT, 1981, p. 11).

Esse discurso, produzido por um sujeito que fala de um lugar de verdade, legitima as manifestações das ruas e da mídia digital que ocorrem posteriormente. Os sujeitos, então, se firmam nesse discurso persuasivo, tido como verdade incontestável, para a convocação às ruas e manifestar-se contra a ordem estabelecida, cujo teor principal seria a retirada dos direitos trabalhistas e a terceirização, como se percebem nos discursos materializados nas imagens seguintes.

Imagens 2 e 3: Convocação para às ruas.



Fonte: <<http://www.cut.org.br/fotos/memes-para-o-dia-28-de-abril-6fcd/>>. Acesso em 04 jul. 2017.



Fonte: <<http://fsindical.org.br/forca/sindicato-dos-metalurgicos-de-lemesp-participa-de-manifestacao-contra-reformas-do-governo>>. Acesso em 04 jul. 2017.

As imagens (2) e (3) apresentam uma convocação para a greve geral. Essa união da classe trabalhadora direciona esses sujeitos como pertencentes a uma mesma constituição: trabalhadores em busca de seus direitos, isto é, apela-se para o coletivo como o fator capaz de provocar a mudança. Assim, todos esses sujeitos convergem para um mesmo ponto, isto é, são classificados em uma mesma categoria.

Os enunciados, ainda que de forma persuasiva, faz uma provocação ao sujeito leitor, trabalhador, na luta por um objetivo comum. Em um tom que caminha em direção ao texto poético (rimas: “lutar” e “aposentar”; “rua” e “sua”), os enunciados da imagem (3) jogam com a interdição à ordem estabelecida, ressaltando o poder da classe trabalhadora (“Se você não lutar, nunca vai se aposentar. Vem pra rua, a luta é sua!”). Trata-se de uma relação de poder (classe política x classe trabalhadora) que contribui para a promoção das subjetividades desses sujeitos.

No que tange à linguagem, na imagem (3) predomina a coloquial (“Vem pra rua!” em vez de “Venha para a rua!”), fator que denuncia a subjetividade do sujeito trabalhador, tendo em vista que seja percebido como um cidadão com pouca escolaridade e de forma a facilitar a compreensão do discurso pelo coletivo, uma vez que se trata de um ato em nível nacional.

Pela ordem do discurso, bem como afirma Foucault (1999), que um discurso é circulado na medida em que o sujeito é autorizado a dizer o que diz, “Vem pra rua!” apresenta um teor da maioria da população brasileira, cuja rua é o espaço público onde funciona as manifestações sociais e seus discursos podem ganhar força pela luta em âmbito coletivo. Portanto, esses discursos são legitimados, sobretudo pela força do saber desses sujeitos de que é preciso a união e sair em busca de seus direitos (“Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles!”).

Esses discursos apelativos reforçam a ideia de vontade de verdade, sobretudo da linguagem que aponta para causa e consequência, em ambas as imagens. Esse chamamento do sujeito trabalhador à ação, isto é, necessidade de aliança com os demais, garante, também, a ideia de verdade, sobretudo quando se tem a visão de que a maioria faz a força. Caso contrário, a interdição da ordem estabelecida ficaria ameaçada (“Se você não lutar, nunca vai se aposentar”).

No enunciado da imagem (2), o suporte institucional merece destaque como sendo um dos elementos pertencentes à função enunciativa. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é mencionada como forma, também, de convocação dos leitores trabalhadores para aderirem ao

movimento. Além disso, esse vínculo institucional ganha sinônimo de coletividade desses sujeitos na esfera social, que, assim como o discurso jurídico, apresenta seu teor de verdade frente à ordem estabelecida.

Na imagem (2), percebe-se um discurso que retoma um já-dito e que também entra no jogo para garantir a verdade do que é dito. O enunciado ressaltando o direito do sujeito trabalhador lhe garante essa greve, sendo um saber que reforça a resistência tomada como alternativa, colocando em xeque a ordem posta. Dessa forma, essas convocações para esse espaço público garante a verdade, ainda, pelo fator de contraste em números dos sujeitos envolvidos, coletivo *versus* individual (classe trabalhadora x presidente).

Imagens 4 e 5: Discursos religiosos.



Fonte: <<http://jornaldehumaita.com.br/2017/04/fotos>> 04 jul. 2017.



Fonte: <<https://alopresidentabr.wordpress.com/2017/03/27/c-entrais-convocam-greve-para-28-de-abril-contraterceirizacao-e-reformas-da-previdencia-e-trabalhista->>

As imagens (4) e (5) revelam as manifestações sociais em cena, em que os sujeitos trabalhadores já se encontram nas ruas e demonstram sua resistência em relação às reformas trabalhistas, terceirização e previdenciária, propostas pelo governo interino, bem como se percebe nos cartazes carregados por esses sujeitos em passeata pelas ruas das cidades brasileiras.

Os enunciados contidos nos cartazes apresentam semelhanças no sentido de recorrência a discursos ligados a Cristo, isto é, religiosos que, assim como o jurídico, acaba por criar um efeito de verdade. Embora essas referências não se enquadram em um mesmo teor discursivo, apresentam esse ponto em comum que é o referencial Jesus Cristo.

Na primeira imagem (4), o apelo enunciativo se pauta no discurso baseado no que diz o Senhor Jesus Cristo: “Assim diz o Senhor: Mantenham a JUSTIÇA e pratiquem o que é direito. NÃO À REFORMA!”. Percebe-se o vocábulo “justiça” em caixa alta, em conformidade com a última frase (enunciado) que também se encontra nessa mesma característica, sugerindo a injustiça praticada pelo presidente interino. Esse sujeito trabalhador, representando toda essa classe, busca desconstruir a ordem estabelecida, pautando-se em discurso religioso como estratégia para legitimar tal manifestação, se colocando no lugar de injustiçado (bem como se percebem nos enunciados verbal e não verbal da imagem (5)). O sujeito trabalhador se inscreve em uma formação discursiva religiosa e se coloca como cumpridor da palavra divina como justificativa para a resistência.

Na imagem (5), além do enunciado verbal (“Terceirização é a Via Crucis do Trabalhador”), percebe-se a representação em forma de desenho, aparecendo o sujeito presidente interino e outro, que representa a classe trabalhadora, simbolizados como opressor x oprimido. Trata-se de uma representação histórica, cujo enunciado, assim como o contido na imagem (4) integram discursos já-ditos, bem como afirma Foucault (2008) quando destaca que os enunciados apresentam sempre relação com outros enunciados.

No desenho da imagem (5), o sujeito oprimido carrega dois fardos, sendo eles a cruz e as chicotadas do opressor. Essa passagem tida como verdadeira, isto é, fato vivenciado por Jesus Cristo, é trazida à tona como uma espécie de metáfora à situação vivenciada pela classe trabalhadora em relação às imposições do presidente interino. Portanto, trazendo esse discurso historicamente marcado, o sujeito oprimido se coloca no lugar de Cristo como recurso de proximidade entre o fato vivenciado e a situação dos sujeitos trabalhadores com o atual presidente da república.

A representação dos sujeitos opressor e oprimido, injusticeiro e injustiçado, direciona os discursos para as relações de poder e, para além disso, uma espécie de sujeição, sobretudo no desenho da figura (5), cujo sujeito oprimido se constitui de maneira forçada, na condição de submisso, de forma coercitiva. Essa ordem discursiva entra em consonância nas formulações de Foucault (1995) quando esse teórico trata das formas de oposições sociais que atravessam a sociedade, sobretudo na ação da classe política em relação aos trabalhadores.

Nessas retomadas discursivas históricas, Foucault (1999, p. 22, grifo do autor) aponta que “[...] os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer”.

O discurso bíblico, na ordem do discurso, é tido como verdadeiro. Trata-se de saberes desses sujeitos inscritos nos discursos materializados, os quais servem de base na constituição desses sujeitos. Esses saberes integram as subjetividades desses sujeitos, utilizados como estratégias discursivas nesses atos de resistência, empregados, também, como recursos para a criação de efeitos de verdade. Os discursos trazidos para a atualidade denunciam, também, o caráter histórico da constituição do sujeito trabalhador e apontam o discurso como acontecimento, sendo, por isso, de natureza descontínua (FOUCAULT, 2008). Dessa forma, os sujeitos, sempre da ordem do (in)acabado, se constituem a partir de suas relações com outros sujeitos e com outros discursos, historicamente construídos.

Esses discursos, que apelam para o religioso, com suas estratégias e direcionados à classe política nacional, objetivam criar um efeito de verdade e de convencimento. “Podemos também falar de estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Assim, o objetivo desses sujeitos trabalhadores é provocar uma ação sobre a ação do governo interino e conquistar uma nova ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs analisar os discursos presentes nas imagens veiculadas na *internet*, acerca das manifestações sociais ocorridas em 27 de abril do ano de 2017, objetivando problematizar o lugar de verdade construído nesse embate social, pautado pela resistência à ordem estabelecida. Tais análises foram realizadas tendo como pano de fundo a Análise do Discurso de vertente francesa, tomando Foucault como suporte teórico-metodológico.

A partir das leituras dos discursos materializados nos enunciados das imagens, é possível concluir que se trata de sujeitos ligados à história, pautados pela resistência, a fim de constituírem uma nova ordem. Esses discursos recorrem a campos de saber como forma de legitimação, bem

como se percebem nos discursos jurídicos e religiosos, justificando tal resistência à ordem estabelecida e construindo um lugar de verdade. Essa rede discursiva, tendo em vista a dimensão que tais manifestações tomam, utiliza-se de recursos apelativos para que surtam efeitos de convencimento e constitua um lugar social unificado, isto é, uma identidade de sujeitos em luta pela conquista de sua verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. [1969]. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

_____. Verdade e Subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história**. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-74.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. As relações entre a Análise do Discurso e a história. In: GASPAR Nádea Regina; MILANEZ, Nilton (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.

Recebido em 2/12/2017

Aceito em 13/5/2018

